



UNIVERSIDADE
EDUARDO
MONDLANE

BIArquivo



Boletim Informativo do Arquivo Histórico de Moçambique
Julho - Setembro • III Edição 2021 • DISTRIBUIÇÃO GRATUITA

EDITORIAL

Esta é a Edição do BIArquivo nº 3 do ano 2021, que coincide com a realização da XXVI Conferência dos Arquivos Nacionais da região Austral de África (ESARBICA), que decorreu entre 14 e 17 de Setembro de 2021, nas instalações do Centro de Conferência Joaquim Chissano, cidade de Maputo, sob o lema "Consolidando a gestão de documentos rumo a transformação do sector Público. Lema contextualmente actual, não só para a região como para o mundo. A Covid-19 sela a importância da temática central da conferência "Documentos, Arquivos e Memória na Era Digital". A Era Digital é irreversível e, confronta os países da ESARBICA com um dilema estrutural nomeadamente o colonialismo digital. Os meios tecnológicos da Era Digital tem um centro de produção, com posição privilegiada no controlo da circulação da informação, e os altos custos para a aquisição desses meios tecnológicos para a digitalização, disseminação e acesso à informação constituem grandes óbices para os países periféricos, particularmente para os países membros da ESARBICA.

Sobre o controlo dos meios tecnológicos, é de ressaltar que a XXVI Conferência da ESARBICA foi consonante ao colocar entre os temas a discussão da digitalização da informação classificada pois, pelo dilema estrutural acima mencionado gera-se um estado de desconfiança.

Caro leitor eis o nº 3 do BIArquivo dedicada quase inteiramente à XXVI conferência da ESARBICA que se constituiu de 4 painéis nomeadamente "Políticas, Estratégias e Sistemas de Gestão de Documentos no Sector Público", "Gestão e Preservação de Documentos e Arquivos Digitais: Experiência, Desafios e Perspectivas", "Gestão, Protecção e Preservação de Informação Classificada na Era Digital" e o "Impacto da Pandemia do Covid-19 na Área de Gestão de Documentos e Arquivos na Região".

Moçambique Acolhe a XXVI, Conferência Bial de ESARBICA



Da esquerda para a direita, Ana Comoana, Ministra da Administração Estatal, Orlando Quilambo, Magnífico Reitor da UEM e por último, o Primeiro Ministro Carlos Agostinho do Rosário durante a sessão de abertura da XXVI Conferência Bial de ESARBICA

O Arquivo Histórico de Moçambique (AHM), o Centro Nacional de Documentação e Informação de Moçambique (CEDIMO) e a Comissão para Implementação de Normas do Segredo de Estado (CPISE) organizaram entre 16 a 17 de Setembro de 2021 a XXVI

Conferência Bial da ESARBICA (Eastern and Southern Africa Regional Branch of the International Council on Archives) sob o lema "Consolidando a gestão de documentos e arquivos rumo à transformação do Sector público".

Leia mais na pág. 6

>> Ainda nesta edição...

Investigadores do AHM, participam na XI Conferência Científica da UEM-----2

AHM Expõe na XXVI Conferência Bial da ESARBICA-----3

Direcção dos serviços de documentação visita Arquivo Histórico de Moçambique-----4

Moçambique Acolhe a XXVI, Conferência Bial de ESARBICA-----6

Arquivistas beneficiam de treinamento em matéria de gestão de documentos electrónicos e digitalização na XXVI Conferência Bial de ESARBICA-----9

Investigadores do AHM, participam na XI Conferência Científica da UEM

Entre 21 e 24 de Setembro de 2021, decorreu a XI Conferência Científica da Universidade Eduardo Mondlane sob o lema "Investigação, Extensão e Inovação para o Desenvolvimento Sustentável-UEM Celebrando Eduardo Mondlane". Algo novo, por força da COVID-19, decorreu de forma híbrida, nas sessões de abertura e de encerramento e num formato integralmente virtual em todas as outras sessões.

Ao longo dos 3 dias, foram

apresentadas cerca de 250 comunicações como resultado de investigações nas áreas de Saúde; Recursos Naturais e Ambiente; Engenharia e Inovação Tecnológica; Produção Agrícola, Animal e Florestal; Governação, Economia e Direitos Humanos; Território, População e Desenvolvimento; Cultura, Sociedade, Educação e Informação; História, Arquivos e Memória.

Estas conferências têm como objectivo principal divulgar e discutir trabalhos de investigação realizados por

docentes, investigadores, estudantes e outros. Foi neste contexto que o AHM se fez presente partilhando duas comunicações, a primeira da Mestre Telma Ferreira com o título "Análise dos requisitos de atribuição do crédito agrário às mulheres do Regadio de Chókwè" e a segunda do Prof. Doutor Joel das Neves Tembe em co-autoria com o Doutor Edmundo Francisco Macúacua com o título "Eduardo Mondlane – Perfil Político Diplomático", c.1950-1969. Abaixo partilhamos os resumos das respectivas comunicações.

Análise dos requisitos de atribuição do crédito agrário às mulheres do Regadio de Chókwè

O crédito agrário é uma componente importante para o desenvolvimento da agricultura que permite não só elevar o nível socioeconómico de um país, mas também, aumentar o rendimento e rentabilidade das famílias rurais. Sendo a agricultura a base de economia do país, o acesso ao crédito constituiria um grande incentivo para o contínuo desempenho deste sector. O presente estudo analisa os requisitos para atribuição do crédito agrário às mulheres camponesas do regadio de Chókwè. O governo ao atribuir o crédito agrário às mulheres camponesas, pretende assegurar o envolvimento activo e directo dos camponeses pobres no crescimento rápido da economia moçambicana e, desse modo, garantir que a economia agrária contribua directamente para a redução da pobreza em Moçambique. Entretanto, o que se tem verificado no regadio é que o crédito não tem abrangido as mulheres na sua totalidade. Os resultados mostram que, o facto de existirem padrões diferenciados como posse e



Mulheres do Regadio Chókwè

tamanho de terra, idade, bens de garantia e renda, na atribuição de crédito agrário aos camponeses, têm afectado as mulheres com poucas posses e sem colaterais (garantias) que possam justificar a concessão de crédito nas actuais regras bancárias. Para a recolha de dados foram seleccionadas mulheres camponesas com terras no regadio através da técnica de "bola de

neve", onde a inclusão de informantes foi progressiva. Os métodos usados foram entrevistas semi-estruturadas, observação simples e revisão bibliográfica.

Continua na página 4

EDUARDO MONDLANE – PERFIL POLÍTICO DIPLOMÁTICO, c.1950-1969

AHM Expõe na XXVI Conferência Bienal da ESARBICA

Por ocasião da XXVI Conferência Bienal da ESARBICA, algumas instituições como Arquivo Histórico de Moçambique, Escola de Comunicação e Artes da Universidade Eduardo Mondlane, Instituto Nacional de Cinema e CEDIMO apresentaram exposições ilustrando parte dos seus acervos. Alusivo a este grande evento, Lídia Furvela, chefe da Repartição de Extensão do Arquivo Histórico de Moçambique, retratou em linhas gerais o que foi a exposição.

BIArquivo: Tratando-se de um evento que discute assuntos relacionados a Arquivística, o que a instituição traz para a exposição?

Lídia Furvela: O Arquivo Histórico de Moçambique levou para expor algumas monografias existentes no nosso acervo que abordam temas sobre os arquivos nomeadamente "Introdução as Técnicas e Métodos de Arquivo",

"Política e o Sistema Nacional de Arquivos: O caso de Moçambique",

"Gestão de documentos como uma estratégia para organização de Arquivos de órgão da Administração pública em Moçambique",

"Acesso a Informação Arquivística: Um estudo comparativo entre Moçambique e Brasil", e

"Legislação e a regulamentação arquivística em Moçambique face



Visita inaugural da Exposição na XXVI Conferência Bienal da ESARBICA

aos padrões internacionais".

BIArquivo: Para além destas monografias que abordam questões específicas relacionadas aos arquivos, vejo aqui literatura diversa.

Lídia Furvela: Sim, levamos também algumas obras de referência da nossa biblioteca, exemplos da obra "Etiópia Oriental e Vária História de Cousas Notáveis do Oriente", "A Ilha de Moçambique pela voz dos Poetas", "Trabalhadores de Lourenço Marques (1870-1974)", "Da UDENAMO a Frelimo e a diplomacia moçambicana", "Os Assimilados", "João Albasini e as eleições, 1900-1922", "Espaços e cidades em Moçambique", "Monumenta", "Sebastião Langa: Retratos de uma vida", "Maputo, Cidade das Acácias" e alguns números

do Boletem Arquivo.

BIArquivo: Como é que está sendo a interacção com outros expositores e o público no geral?

Lídia Furvela: Bom, a interacção tanto entre nós expositores como com o público considero ótima, pois até aqui recebemos vários visitantes desde o Primeiro-Ministro, Ministra da Função Pública, os dois vice-reitores da UEM bem como demais participantes desta grande conferência com algum interesse em adquirir alguns exemplares e isso é bastante satisfatório.



Primeiro Ministro visita Exposição Bibliográfica do Arquivo Histórico de Moçambique

DIRECÇÃO DOS SERVIÇOS DE DOCUMENTAÇÃO VISITA ARQUIVO HISTÓRICO DE MOÇAMBIQUE

A 29 de Setembro de 2021, três técnicos da Direcção dos Serviços de Documentação (DSD), visitaram o Arquivo Histórico de Moçambique (AHM) com objectivo de fazer o diagnóstico da situação da Base de Dados, estudar o processo da migração de dados do DOCBASE para o KOHA. Neste contexto foi feito o levantamento estatístico do material bibliográfico existente na Biblioteca para efeitos de informatização do acervo.

A Chefe da Repartição da Biblioteca, Sandra Machava, apresentou o DOCBASE e referiu que a Biblioteca do Arquivo Histórico de Moçambique tem sob sua custódia 20445 (vinte mil quatrocentos e quarenta e cinco monografias),

2134 (dois mil cento e trinta e quatro seriados), 1889 (mil oitocentos e oitenta e nove Revistas) e 150 (cento e cinquenta títulos de jornais). Por seu turno o técnico Natálio Matusse, debruçou-se sobre as vantagens do KOHA, destacou que é uma Base de Dados para gestão integrada de Bibliotecas, de grande porte e é ilimitada em termos de armazenamento de dados comparando com o DOCBASE que tem uma limitação para novos registos. Faz gestão de rotinas bibliotecárias tais como a catalogação, circulação de

materiais bibliográficos, gere a componente de novas aquisições, gestão de relatórios estatísticos do uso do acervo bibliográfico e também faz o cadastro dos usuários.



Funcionários dos Serviços de Documentação apreciando alguns inventários do AHM

Continuação da página 2

EDUARDO MONDLANE – PERFIL POLÍTICO DIPLOMÁTICO, c.1950-1969

Este artigo analisa o legado de Eduardo Mondlane na liderança da luta de libertação nacional e no Moçambique pós-independência a partir da identificação das influências que contribuíram para a construção do seu perfil político diplomático no período compreendido entre 1950 e 1969, fazendo



No meio e em destaque, Eduardo Chivambo Mondlane

uma reflexão sobre os desafios por si encarados e seu impacto na génese e desenvolvimento da diplomacia moçambicana.

O estudo de carácter qualitativo, histórico e comparativo, busca empréstimos teóricos de relações internacionais, nomeadamente nas teorias realista, neorrealista e neoliberal, e no pragmatismo como abordagem, apoiando-se na pesquisa bibliográfica com recurso a fontes bibliográficas, arquivos, fontes orais e narrativas de Eduardo Mondlane através de seus escritos. O artigo apoia-se, igualmente, na técnica de análise de discurso.

A principal hipótese é que o seu pragmatismo na abordagem da política externa da Frente de Libertação de Moçambique evoluiu a partir de uma base realista (interesse nacional) alicerçada numa matriz de valores neoliberais e neorealistas fundados no Pan Africanismo de Chicago defensor da educação de jovens africanos e das independências africanas fora do contexto (influências) da guerra fria.

Palavras chave: Eduardo Mondlane, Diplomacia, Independência, Pragmatismo, Realismo.

CONCELHO DE ADMINISTRAÇÃO DE MAXIXE

Este Fundo é constituído por 201 caixas, compreendendo os anos de 1891 a 1968. Similarmente a outros Fundos, os documentos estão organizados em treze secções. A secção "Administração" com 313 volumes de documentos que cobrem os anos 1904 a 1961 com assuntos como "Álcool, bebidas destiladas e fermentadas; Município/órgãos autónomos e Saúde e Higiene". A secção "Curadoria e Negócios Indígenas" com 299 volumes de documentos dos anos 1909 a 1963 que se desdobram em dois assuntos; "Assistência Indígena" e "Autoridades Gentílicas". A secção "Colonização e Fomento", com 270 volumes de documentos que cobrem assuntos como "Alfândegas", "Pecuária" "Reservas indígenas", "Navegação" e "Requisição de Franquias". Por sinal, estas as três secções mais consultadas pelos utentes do AHM. A secção "Fazenda" com os assuntos "Contribuições", "Imposto em Geral" e "Receitas" perfazem 110 volumes de documentos que cobrem os anos 1908 e 1964. A secção "Instrução e Cultos" que entre outros trata assuntos "Educação, Missões religiosas e seitas (designação das religiões africanas)" com 40 volumes de documentos dos anos 1909 a 1958". Inclui nesta relação 3 volumes de documentos sobre estudos e investigação científica. A secção "Julgado Instrutor Notariado" com 72 volumes de documentos que cobrem o período 1891 a 1959 sobre "Autos e Processos crimes", "Presos" e "Pedidos de captura". A secção "Militar" com 86 volumes de documentos que cobrem os anos 1891 a 1968. que entre outros retrata o recenseamento e recrutamento militar e a deserção. A secção "Orçamentos e Contas" com 88 volumes cobrindo os anos 1910 e 1968 tratando de vários assuntos a destacar "Concursos, Preçários e Pedidos de cotação", "Despesas e Receitas" e "Orçamentos Municipais". Os 102 volumes de documentação da secção "Pessoal" que cobre os anos 1897 e 1959, entre outros assuntos tratam da nomeação, contratação, remuneração de funcionários. Inclui ainda processos individuais de funcionários administrativos. Na secção "Registo Civil", com 41 volumes de documentação sobre casamentos e

nascimentos; de Europeus, Não Indígenas e Indígenas. Cerca de metade destes volumes reportam óbitos nas mesmas categorias. Na secção "Tombo e Carga", os 38 volumes reportam os inventários do património, as aquisições, inutilização e abate.

Em "Tribunais Indígenas", os 53 volumes de documentação que cobrem o período de 1911 a 1957, trata entre outros assuntos as acções cíveis e comerciais, assimilação dos indígenas, autos e processos crimes, condenados a trabalho correcional e trabalhos públicos, evadidos, pedidos de captura, desterrados. Inclui 8 volumes de documentação sobre a comissão de defesa dos indígenas.

A secção "Registos" é a mais volumosa com 414 volumes de documentação de 1891 a 1959, maioritariamente constituída por correspondência recebida e expedida e, declarações de pagamento de salário



Moçambique Acolhe a XXVI, Conferência Bienal de ESARBICA

Entre 16 e 17 de Setembro de 2021, realizou-se a XXVI Conferência Bienal de ESARBICA, no Centro de Conferências Joaquim Chissano, na Cidade de Maputo, sob o lema "*Consolidando a Gestão de Documentos e Arquivos Rumo à Transformação do Sector Público: Documentos, Arquivos e Memória na Era Digital*".

A sessão de abertura foi presidida pelo Primeiro-Ministro de Moçambique, Carlos Agostinho do Rosário que contextualizou o lema e a temática da conferência e, desejou que o evento fosse produtivo no sentido de busca de soluções. Nesta sessão, também intervieram a Ministra da Administração Estatal e Função Pública, Ana Comoana, o Reitor da Universidade Eduardo Mondlane, Orlando Quilambo e um representante do Conselho Municipal da Cidade de Maputo que desejaram boas vindas aos participantes.

Com o tema principal "*Documentos, Arquivos e Memórias na Era Digital*", o evento hospedou 4 painéis principais; "*Políticas, Estratégias e Sistema de Gestão de Documentos no Sector Público*", "*Gestão e Preservação de Documentos e Arquivos Digitais: Experiência, desafios e Perspectivas*", "*Gestão, Protecção e Preservação de Informação Classificada na era Digital*" e o "*Impacto da Pandemia do Covid-19 na área de Gestão de Documentos e Arquivos na Região*".

O primeiro painel iniciou com a comunicação intitulada "*A prática da digitalização em Bibliotecas Universitárias em Moçambique: A percepção dos funcionários da Biblioteca Central Brazão Mazula em relação à digitalização de documentos e a digitalização do Património Cultural*". Nesta apresentação, Rui José António e Açuceno Chiconela, pretendiam avaliar o conhecimento dos funcionários sobre a importância da digitalização na Biblioteca Brazão Mazula e a necessidade



de preservar documentos de valor cultural em deterioração. O estudo observa que de uma maneira geral, há conhecimento da necessidade e da importância da digitalização da Biblioteca Brazão Mazula bem como da existência de documentos com valor de património cultural que carecem da digitalização para a sua preservação. Porém, conclui que a digitalização das teses, dissertações e monografias em curso, por exemplo, não tem o foco na preservação; e esta intervenção põe em causa os direitos autorais. Para solucionar estes e outros problemas, recomendam a digitalização observando uma política pré-definida para a preservação das colecções da Biblioteca. O estudo recomenda igualmente que se estabeleça um padrão de digitalização de documentos a ser observado na Administração Pública, tendo como foco a protecção do valor dos documentos e o respeito à propriedade intelectual.

A segunda comunicação do painel foi feita pelos oradores Keneilwe Margret Porogo and Trywell Kalusopa, que trouxeram para o debate a comunicação com o título "*A strategic framework for digital preservation capability maturity readiness in the context of e-government in the public service in Botswana*". Este estudo visava avaliar o projecto de governação electrónica no Botswana e os desafios da preservação e acesso à informação. A discussão centrou-se na seguinte questão "*se neste momento há muita informação em formato digital que está em risco de se perder, qual é a*

capacidade que existe para a preservação de registos digitais e assegurar a sua autenticidade a longo prazo no Botswana?". O estudo mostrou que pouco se avançou na política e plano de preservação de registos digitais e, a falta de recursos financeiros para a aquisição da infraestrutura tecnológica.

No que tange ao armazenamento na nuvem, o estudo recomenda a criação de um Centro de Dados protegido e o estabelecimento de acordos de inviolabilidade com os países doadores. No que se refere a preservação de registos electrónicos, o estudo aponta a necessidade de se fazer a revisão da estratégia da governação electrónica.

Seguidamente, Américo Pedro Mangué apresentou a comunicação "Implementação de um Programa de gestão de risco e sinistros nos arquivos documentais". Mangué, assente nas características climáticas da região Austral de África nomeadamente clima húmido, enalteceu a importância da concepção e implementação de um plano de gestão de riscos. Partilhou os vários tipos de risco, formas de gestão e as fases de elaboração de plano de riscos para as instalações públicas e privadas.

Por seu turno, Olefile Mosweu brindou aos presentes a comunicação "*The website as a Gateway for the provision of public Archives and records management guidance: What can Botswana learn from South Africa?*" Com esta comunicação o autor estuda os factores que contribuem para o...

Continua na pág. 7

Continuação da pág. 6

fraco acesso aos Arquivos no Botswana com destaque para a falta de política e legislação que regula o acesso, as infra-estruturas não adequadas para o funcionamento de um Arquivo, a localização dos Arquivos e o horário do seu funcionamento. Em conclusão Olefihle Mosweu recomenda que se faça uma revisão da Legislação e se elabore políticas de acesso tendo em conta os princípios do ICA.

No segundo dia, a conferência foi inaugurada por Horácio Zimba, que apresentou "*Documentos, Arquivos e Memórias na Era Digital: Desafios para Digitalização, Preservação, Acesso e Segurança de Informação em Moçambique*".

O estudo visava partilhar os desafios para a gestão e preservação de arquivos digitais. Em conclusão verificou necessidade de se investir na formação de recursos humanos para garantir a continuidade dos processos de digitalização, envolver os arquivistas no processo da escolha das tecnologias para adequar as especificidades dos princípios arquivísticos, desenvolver políticas, normas e legislação apropriadas para a gestão e preservação de registos digitais, assegurar a protecção dos dados guardados na nuvem bem como mobilizar recursos financeiros para assegurar a sobrevivência e continuidade do processo de digitalização em curso.

Mpubane Emanuel e Maphoto Reneilwe apresentaram a comunicação "*Dynamics and Issues Hindering the Management of Electronic Records in the South African public Sector Organizations: a Literature Review*". A revisão da literatura mostra, segundo os autores, que há uma grande aposta na utilização das TICs para o registo e preservação da informação. No entanto, realçam desafios tais como, a falta de gestão de registos nas instituições na África do Sul, formação técnica do pessoal falta de recursos financeiros para infraestruturas e tecnologias.

Oscar Sigauke na apresentação da comunicação "*Digital Records Management Practices in the*

Public Sector in Manicaland Province of Zimbabwe", sublinhou dois aspectos importantes nomeadamente; a necessidade de desenvolvimento de políticas, normas e legislação apropriadas para a gestão de registos digitais e, a mobilização de recursos financeiros para insfrastuturar tecnologicamente as instituições do sector público.

A apresentação de Sigauke, seguiu-se a comunicação de Mbongeni Tembe e Zawedde Nsibirwa com o título "*Keeping the Voices of the Once Voiceless: the Strategies for Digital Preservation of oral History Records at the KwaZulu-Natal Archives and Records Service, South Africa*". Embora, aborem o documento áudio e não papel, as constatações são similares designadamente falta de políticas, legislação de preservação digital da História Oral, edifícios apropriados, recursos financeiros, falta de formação de pessoal em matéria de preservação de registos de História Oral.

A comunicação "*Assessment and Identification of fungal growth on Archival materials within Eswatini National Archives*", apresentada por Nosihle Kunene Mavuso e Sihle Dlamini, analisa a importância da preservação de arquivos no formato papel, apesar da emergência da era digital. O estudo, que se complementa com a apresentação do Mangué, mostrou a necessidade de se prestar a atenção ao perigo que os fungos representam no ataque ao papel de modo a evitar a destruição dos arquivos físicos. Em linhas gerais, recomenda que se assegure a gestão e preservação dos arquivos em condições de temperatura e humidade apropriadas bem como isolar os acervos



Primeiro Ministro, Carlos Agostinho do Rosário proferindo o discurso de abertura na XXVI Conferência Bienal da ESARBICA

infectados pelos fungos para evitar a propagação da contaminação das outras colecções.

O terceiro painel da conferência iniciou com Edgar Chipepo com a comunicação "*Gestão, Protecção e Preservação de Informação Classificada na Era Digital e Combate a Corrupção*". Chipepo, chama a atenção do perigo de usar sistemas dependentes e sugere, como alternativa, o desenvolvimento de sistemas locais.

Por seu turno, Emílio Jovando trouxe para o debate a comunicação "Digitalização e segurança de informação classificada: desafios e perspectivas para a preservação de arquivos classificados nos Estados africanos na era digital". Jovando, identificou as vantagens e os perigos da digitalização de documentos com informação classificada tendo em conta o conteúdo dessa informação para a segurança do Estado. Pelo facto, Jovando recomenda a necessidade de estabelecer normas de digitalização para assegurar a observância do ciclo vital dos documentos, formar quadros em matéria de digitalização com enfoque para os jovens e apostar na aquisição de tecnologias avançadas para o processo de digitalização.

Continua na pág. 8

Continuação da pág. 7



Participantes da Pré-Conferência

Para fechar o painel, Godfrey Tsvuura, Patrick Ngulube and Kudzai. D. Mbawuya apresentaram "*Institutional and legal challenges in managing e-records at the National Archives of Zimbabwe*". Referiram-se à digitalização e aquisição de softwares em curso nas instituições públicas para apoiar a implantação da governação electrónica no Zimbabwe, porém constataram que a lei não é muito explícita quanto à gestão de registos electrónicos. Em conclusão recomendam; formação de quadros em matéria de gestão de registos electrónicos e, a colaboração com as universidades para a elaboração de currículos para a gestão de registos electrónicos e, a interacção com países da África Austral que tenham sistemas de gestão de registos digitais avançados bem como adquirir tecnologia avançada para digitalizar, classificar e fazer a gestão de arquivos digitais.

Com o título "*The pitfalls of the new normal; records and archives profession under Covid restrictions*" de Obert Wutete and Livingstone Muchefa iniciou o último painel. Esta comunicação centrou-se na resposta dos profissionais de arquivos no contexto do novo normal imposto pela COVID-19, tendo como caso de estudo o Ministério do Interior e Arquivo Nacional do Zimbabwe. Com base em 4 perguntas de partida para este estudo elencaram algumas constatações nomeadamente:

- política discricionária com a exclusão dos

profissionais de arquivos;

- falta de directrizes para o trabalho remoto declarado pelo governo;
- funcionários não equipados para o trabalho remoto;
- transação de informação por via de telefone que não era registada;
- realidade digital como alternativa, como por exemplo as exposições virtuais;
- novos desafios do trabalho remoto com o trabalho presencial;
- intensificação da governação electrónica; e a digitalização dos documentos mais solicitados para o acesso.

Em função destas constatações os autores avançaram com algumas recomendações nomeadamente, maior investimento nas TICs; treinamento do pessoal em TICs; revisão do sistema educativo e a melhoria da qualidade de objectos virtuais como por exemplo as exposições.

Por seu turno, Simbarashe Manyika and Peterson Dewah apresentaram a comunicação "*Covid-19 a catalyst or disruptor? Comprehending access to records and archives under the new normal*". Em resposta à pergunta do título da comunicação, mostraram que apesar das perturbações, a COVID-19 catalisou a comunicação electrónica e a digitalização de documentos mais solicitados e trouxe iniciativas para a revisão do plano de desastres/sinistros que até actualidade considerava os desastres naturais. A partir destes resultados, os autores recomendam

a potenciação da digitalização, adopção de novos modelos de prestação de serviços e a sua descentralização.

Shadrak Vison, et al apresentaram a comunicação "A Paperless office: an indirect benefit of Covid-19 for organization in Botswana". Como impactos mencionaram a elaboração dos poderes de emergência; a alteração da rotina das actividades citando o exemplo do modelo de candidatura e admissão na universidade do Botswana, a realização de conferências e reuniões virtuais; novas regulamentações na função pública e a aceitação de assinaturas electrónicas. Entretanto, os autores sublinharam a fraca qualidade dos registos que deve ser melhorada e problemas com a autenticidade dos documentos.

Neste evento foi consensual que a Era digital emergente é irreversível no mundo e foram exaradas as seguintes recomendações:

- 1 – *Apostar na formação de Recursos Humanos;*
- 2 – *Elaborar políticas, normas e legislação apropriadas para a gestão e preservação de arquivos digitais;*
- 3 – *Mobilizar e ou alocar recursos financeiros para garantir a continuidade do processo de digitalização em curso nos nossos países;*
- 4 – *Construir infra-estruturas adequadas para a gestão e preservação de arquivos digitais;*
- 5 – *Apostar nas tecnologias avançadas para minimizar a sua rápida destruição;*
- 6 – *Assegurar a protecção dos registos digitais guardados nas nuvens.*
- 7 – *Elaborar um padrão de digitalização de documentos a ser observado na Administração Pública, tendo como foco a protecção do valor dos documentos e o respeito à propriedade intelectual.*

Arquivistas beneficiam de treinamento em matéria de gestão de documentos electrónicos e digitalização na XXVI Conferência Bienal de ESARBICA



Participantes do treinamento em gestão de documentos

Entre 14 e 15 de Setembro de 2021, cerca de 60 arquivistas de diferentes instituições beneficiaram de um treinamento em matéria de gestão de documentos electrónicos e digitalização no Centro de conferências da Tmcel na cidade de Maputo.

O treinamento, contou com a facilitação dos professores Segomotso Keakopa e Thatayaone Segaeetsho, ambos da Universidade de Botswana que abordaram respectivamente temas como "Gestão de documentos electrónicos na ESARBICA" e "Digitalização de documentos".

Segamotso introduziu o tema olhando para questões práticas na gestão de documentos ao nível da ESARBICA. Com a questão "*Em que estágio estão os países da ESARBICA na gestão de documentos electrónicos?*", Segamotso argumentou que a falta de políticas e procedimentos é uma dificuldade para muitos países.

Outro aspecto apontado por Segamotso foi o estágio e o lugar periférico dos arquivos na estrutura orgânica das instituições/organizações. No que se refere a este ponto realçou que a área dos arquivos é equiparável a outras

consideradas de topo nas instituições/organizações como por exemplo dos recursos humanos e finanças. Para fazer face a este contexto aconselha aos profissionais dos arquivos a desenhar planos ou projectos para a obtenção de investimento. A clareza dos objectivos, metas e os benefícios destes planos/projectos e o seu alinhamento com os planos e objectivos dos governos são muito determinantes para convencer os governos e instituições a financiá-los.

Apesar das vantagens da gestão electrónica de documentos, Segamotso enumerou alguns desafios nomeadamente a segurança, privacidade, preservação e integridade da informação. Os desafios são extensíveis à obsolescência tecnológica, que impõe a migração de um sistema para o outro, os cortes de energia e vírus nos computadores.

Na interacção com os participantes presenciais e virtuais, questionou-se "*Porquê papel no ambiente electrónico?*". À pergunta, a facilitadora recomendou uma gestão equilibrada do documento papel e documento electrónico pois, o papel tem maior longevidade e também em alguns

casos o documento electrónico carece de autenticidade como por exemplo nos tribunais. Questionado se havia uma norma regional de gestão de documentos, disse que não tinha conhecimento e, recomendou que esta questão constasse como uma resolução da conferência "*A criação de uma norma regional de gestão de documentos*". Outra resolução recomendada pela facilitadora é relativa ao lugar dos arquivos nas instituições/organizações "*Apoio da gestão sénior na área de arquivos*".

No fim da apresentação, Segamotso procurou saber dos participantes em que estágio estão as suas instituições/organizações na gestão de documentos através de uma tabela de 1 a 5 e, pelas respostas concluiu que muitos estão na fase 3 a caminho da fase 4 que se caracteriza pela transição da gestão dispersa para a integrada. A fase topo, portanto a 5, é de melhoria contínua, caracterizado por estratégia clara e envolvimento de todos.

Por seu turno, Thatayaone Segaeetsho trouxe a reflexão o tema "*planificação para a Digitalização*". Esta iniciou com uma breve introdução, onde para além da definição do conceito chave, abordou a importância, vantagens e desvantagens da digitalização. No que concerne às vantagens, destacou alguns como a capacidade de usar o digital ao invés do papel, aceder a informação com maior facilidade e a facilidade na disseminação da informação.

Seguidamente, centrou a explanação nas fases da digitalização, processo constituído por 4 fases:

1. *Planificação;*
2. *Implementação das políticas, directrizes e decisões;*
3. *Organização do sistema de hospedagem dos dados;*
4. *Testagem do nível de funcionalidade.*

Continua na pág. 10

Continuação da pág. 9

Durante a primeira fase que é de planificação, uma série de questões devem ser acautelados ou observados para que se alcance sucesso no processo de digitalização. Segundo o facilitador, os objectivos devem ser bem claros ou seja: o que se pretende digitalizar e porquê; para quem; o que se pretende resolver; metas, agendas e visão a longo e curto prazo. Frisou que é essencial, logo no início, clarificar a quem envolver no projecto, a equipe correcta, o financiamento disponível e necessário, direitos autorais, acautelar assuntos ligados a privacidade. Outro aspecto crucial na planificação é a escolha do modelo de elaboração e implementação da política de digitalização entre o interno, externo e misto. Referiu que é importante uma avaliação muito rigorosa da capacidade institucional em recursos humanos e financeira para determinar o modelo a adoptar. Elencou as vantagens e desvantagens, observando os custos e benefícios de cada modelo. Porém, adiantou que em termos práticos e para a realidade de muitos países da ESARBICA é flexível o modelo misto ou seja uma parte do processo desenvolvida internamente pelas instituições/organizações e a outra parte por via de contratação externa à instituição/organização.

No debate, algumas questões foram levantadas. Uma das questões foi que opção segura de modelo entre o interno e o externo e, o facilitador respondeu que depende de cada caso mas, o misto era o



Participantes da Pré-Conferência

mais prático. E à pergunta "***Uma vez digitalizados os documentos, descartava-se o formato físico?***", o facilitador recomendou a conservação e preservação do formato físico. Ainda sobre esta questão, Segamotso chamou atenção à necessidade de avaliar as repercussões das decisões a tomar.

O armazenamento da documentação digitalizada na nuvem; composição da equipa para a elaboração de uma política de digitalização; elaboração de uma política de digitalização mãe/referência; digitalização da documentação classificada, foram outras questões levantadas no debate.

No que tange ao armazenamento na nuvem, o facilitador argumentou que pode ser uma solução mas, também os

Servidores podem constituir armazenamento de informação digitalizada. Recomendou a constituição de equipas o mais interdisciplinar possível para a elaboração da política de digitalização para acautelar todos aspectos e assegurar a exequibilidade e sustentabilidade da mesma e, para a documentação classificada recomendou que esta fosse digitalizada por via do modelo interno mas, também considerou segundo circunstâncias específicas da capacidade institucional/organizacional usar o modelo misto que de alguma forma permite um certo controlo do consultor/contratado.

Mais adiante, o facilitador apresentou o roteiro para a elaboração de uma política de digitalização; as fases da digitalização; e as vantagens e desvantagens.

Directores em Reunião na XXVI pré-Conferência Bienal do ESARBICA

Constitui uma prática comum em todas as pré-conferências da ESARBICA a reunião dos Directores dos Arquivos Nacionais. A XXVI não foi uma excepção, pois em simultâneo com o treinamento dos arquivistas júniores decorreu de 14 a 15 a reunião dos Directores. Presencialmente, tomaram parte, os Directores do Arquivo Histórico de Moçambique, Edmundo Francisco Macuacua e Renato Pereira, os directores do Centro de Documentação de Moçambique

Cármén Langa e Humberto Pereira e Nilza Guicundo do CPISE, todos em representação de Moçambique e, os restantes Directores membros participaram via online.

A reunião teve uma agenda com vários pontos relevantes, destacando-se o balanço do nível de cumprimento das deliberações da XXV conferência realizada no Botswana em 2019; apresentação dos relatórios da presidente da ESARBICA bem como os relatórios financeiro e do Comité

Editorial do órgão. O XXVII Congresso Internacional de Arquivo, Conferência da ESARBICA de 2023 e a presidência da ESARBICA foram outros pontos de agenda da reunião.

Deste fórum, chegou-se a algumas conclusões, apelos e recomendações para a melhoria da Arquivística nos países membros, com realce para a legislação, questões organizacionais, gestão de documentos electrónicos, acesso a informação, utilização de conteúdos arquivísticos entre outros.

O III TRIMESTRE NA HISTÓRIA DE MOÇAMBIQUE

JULHO

24 de Julho de 1975: dia das Nacionalizações

O mandato do primeiro governo de Moçambique independente era o de restituir ao povo moçambicano os direitos que lhe tinham sido negados pelas autoridades coloniais. Com esse fim, em 24 de Julho de 1975, o governo declarou a nacionalização da Saúde, da Educação e da Justiça e, em 1976, das casas de rendimento. O governo assumiu a gestão das casas que estavam arrendadas nessa altura, criando a Administração do Parque Imobiliário do Estado (APIE).

SETEMBRO

7 de Setembro de 1974: assinatura dos Acordos de Lusaka

Celebra-se este ano o 47º aniversário dos Acordos de Lusaka. Destes Acordos, que tinham como principal objectivo o fim da luta armada, resultou a formação do Governo de Transição cuja missão era a promoção da transferência progressiva de poderes a todos os níveis e a preparação da independência de Moçambique que viria a ser proclamada a 25 de Junho de 1975.

Este governo era constituído por um Primeiro-ministro, Joaquim Alberto Chissano, a quem competia coordenar a acção executiva, e nove ministros divididos pelas áreas da Administração Interna, Justiça, Coordenação Económica, Informação, Educação e Cultura, Comunicações e Transporte, Saúde e Assuntos Sociais, Trabalho, Obras Públicas e Habitação. Integrava ainda secretários e subsecretários propostos pelo Primeiro-ministro.

Pelo seu significado, O 7 de Setembro é também conhecido como o Dia da Vitória.



25 de Setembro de 1964: início da luta armada de libertação nacional

Comemora-se o 57º aniversário do início do desencadeamento da luta de libertação nacional contra o Estado colonial português. No dia 26 de Setembro de 1964, o Comité Central da FRELIMO, baseado em Dar-es-Salam, capital da Tanzânia, lançou a palavra de

ordem histórica de desencadeamento da insurreição armada do povo moçambicano contra o colonialismo português

“Em Vosso nome a Frelimo proclama hoje, solenemente, a insurreição geral armada do povo moçambicano contra o colonialismo português, para a conquista total e completa de Moçambique. O nosso combate não cessará senão com a liquidação total e completa do colonialismo português.”

Eduardo Mondlane, mais tarde, escreveria que o 25 de Setembro de 1964 “pode vir a tornar-se uma das datas mais importantes não só da história de Moçambique mas da história do continente africano.”

29 de Setembro de 1933: nascimento de Samora Machel

Samora Moisés Machel é filho de um agricultor, Mandande Moisés Machel, da aldeia de Madragoa (actualmente Chilembene), província de Gaza. Nasceu a 29 de Setembro de 1933. Entrou na escola primária com nove anos, frequentando uma escola da Igreja Católica. Depois de concluir o ensino primário e impossibilitado de prosseguir com os estudos, migrou para a então cidade de Lourenço Marques onde trabalhou e formou-se como enfermeiro. O espírito nacionalista sempre presente na forma de estar de Samora Machel, levou-o abandonar o país em 1963 e, juntar-se à FRELIMO, na Tanzânia. Com a morte de Eduardo Mondlane em Fevereiro de 1969, é eleito presidente da FRELIMO em Maio de 1970.

Em 19 de Outubro de 1986, quando se encontrava de regresso numa reunião internacional em Lusaka, o Tupolev 134 em que seguia, junto com muitos dos seus colaboradores, despenhou-se em Mbuzini, nos montes Libombos, em território sul-africano.



Lídia João S. M. Furvela

Há 15 anos caminhando com o AHM

Lídia Furvela, Investigadora Assistente, ingressou no Arquivo Histórico de Moçambique em 2006 após ter concluído o curso de Licenciatura. Admitida na Carreira de Investigação Científica, inicialmente fora afecta ao Departamento de Arquivos Permanentes onde foi recebido pelo colega Jorge Mahumane. Ainda no mesmo ano, beneficiou de um curso de capacitação profissional em matérias de Gestão de Arquivos e Biblioteconomia, organizado pelo AHM que serviu de base para sua integração no contexto profissional do Departamento de Investigação e Extensão, onde desempenha a função de Chefe da Repartição de Extensão.

As suas actividades como investigadora no AHM, centram-se na preparação de exposições com os respectivos catálogos e brochuras sobre temas de História de Moçambique com destaque para a resistência anticolonial e a luta de libertação Nacional. A organização de exposições, seminários, palestras e publicação do "Bi-Arquivo" ou Newsletter" do AHM, complementam o leque de actividades do seu percurso profissional.

Frequenta o curso de Mestrado em História de Moçambique e África Austral na UEM, terminou as cadeiras curriculares e actualmente a preparar a sua dissertação sobre a mulher parlamentar, articulando estudos de género e dinâmicas políticas em Moçambique. Frequentou vários cursos de curta duração afins à investigação e, tem apresentado comunicações em eventos nacionais e internacionais com enfoque para estudos de género entre outras matérias supracitadas.

O momento mais feliz da sua vida profissional foi o lançamento da Exposição da sua autoria com o Título Resistência Anticolonial nas Regiões Sul, Centro e Norte de Moçambique (1895-1920) em 2017. Nos tempos livres escuta música gospel e assiste futebol com a família, é

adepta da selecção nacional e do "Manchester United Club". No que concerne à gastronomia, não dispensa um frango assado na brasa e o castanho é sua cor favorita.



Inventários disponíveis na página Web do AHM

- Governo Geral (Estudos) 1933-1974;
- Concelho de Eráti (1920-1973);
- Negócios Indígenas (Fomento e Colonização, sessão "D" (1900-1972);
- Direcção dos Negócios Indígenas, sessão "B" (1902-1964);
- Direcção dos Negócios Indígenas, sessão "C" (1901-1962);
- Circunscrição Murrupula (1935-1972);
- Governo Geral (1900-1914);
- Circunscrição de Maxixe (1903-1979);
- Concelho de Barué (1918-1976);
- Concelho de Chimoio (1942-1975);
- Concelho de Moamba (1924-1974);
- Concelho de Mutarara (1941-1972);
- Repartição de Saúde (1896-1979);
- Secção Especial;
- Governo Geral (1915-1925);
- Governo Geral (1925-1927);
- Governo Geral (1926-1948);
- Concelho do Búzi (1942-1973);
- Concelho do Ibo (1925-1975);
- Delegação de Fazenda do Concelho do Ibo (1933-19);
- Juízo de Direito da Comarca de Cabo Delgado (1800-1939);
- Espólio de António Enes (1848-1948);
- Concelho de Dondo (1950-1976);
- Ministério da Informação (1974-1997).

FICHA TÉCNICA

BIArquivo

Boletim Informativo do Arquivo Histórico de Moçambique
TRIMESTRAL - III Edição Ano 2021

Director
Edmundo Francisco Macuácua

Editor
Josefina Consolo

Revisão linguística
Sérgio Maungue
Edmundo Francisco Macuácua

Redacção
Lídia Furvela
Josefina Consolo

Colaboração
Renato Pereira
Sérgio Maungue

Maquetização
Bartolomeu Daniel Cuamba

Fotografias
AHM

Pode baixar o BIArquivo no nosso Website:

<http://www.ahm.uem.mz>